

13º Encontro Nacional de Moradia Popular

22 a 25 de maio de 2014 – Belém - Pará

AUTOGESTAO NA MORADIA **Em nossas mãos, a força de** **transformação**



RELATÓRIO DE ATIVIDADE

O 13o. Encontro Nacional de Moradia Popular, realizado na cidade de Belém, de 22 a 25 de maio de 2014, contou com a participação de cerca de 600 representantes de 20 Estados das 5 regiões brasileiras.

O Encontro foi iniciado com uma Marcha pelas ruas de Belém, com os participantes do Encontro e moradores de comunidades da cidade. A Marcha denunciou a falta de moradia e a especulação imobiliária e terminou em frente ao Edifício Premium, símbolo do descaso com a política urbana e ambiental.

Abertura

A mesa de abertura ocorreu na noite de quinta-feira e contou com representantes do governo federal, parlamentares e movimentos sociais e do Fórum Nacional de Reforma Urbana. Os coordenadores Paulo Afonso e Donizete Fernandes animaram a mesa e saudaram os convidados.

Primeiro a falar, Miguel Lobato, do Movimento Nacional de Luta por Moradia, ressaltou que a reforma urbana não foi implementada na sua plenitude, apesar do governo democrático e popular. Ele propôs o enfrentamento na rua e por dentro do governo. “Vamos cerrar fileira nas manifestações durante a Copa. É momento de radicalizar para que nossas reivindicações sejam implementadas”.

Eduardo Cardoso, da Central de Movimentos Populares, reconheceu que têm ocorrido avanços, mas que precisam ser aprimorados com o governo ouvindo os movimentos que organizam a população. “É necessário aprimorar os canais de participação popular”, disse.

Adnamar Mota dos Santos, do Fórum Nacional de Reforma Urbana, falou sobre os desafios que existem na cidade para os que sofrem por não ter moradia digna. Ele espera que o encontro produza um documento político para apresentar ao governo.

A gerente nacional da Caixa, Eleonora Lisboa Mascia, declarou que quer caminhar junto com o movimento e reforçou a importância da luta por uma cidade melhor. “Nós lutamos e alcançamos a democracia. Por isso, temos espaço para fazer a crítica, a disputa, a pressão e tudo isso vai trazer avanços”.

Ricardo Gouveia, consultor da presidência da Caixa, conclamou os presentes a cobrarem um tratamento respeitoso e digno de todos os gerentes do banco, porque essa determinação partiu do próprio presidente. “Vocês são tão importantes quantos as empresas construtoras”.

Paulo Rangel, da Secretaria Executiva do Conselho das Cidades, observou que enxergava no encontro a sociedade mobilizada, engajada e clamando com razão pelo melhoramento das políticas públicas.

Presente ao encontro, o deputado estadual Luis Cláudio Marcolino (PT-SP), lembrou das conquistas alcançadas nos 12 anos de governo petista, como a criação do programa Minha Casa, Minha Vida, Bolsa Família e Luz Para Todos. Porém, lembrou que apesar das conquistas ainda há muito a ser conquistado. “Não abrimos mão de tudo que conquistamos, mas queremos mais”.

O deputado Federal Cláudio Puty (PT-PA) ressaltou a necessidade das reformas urbana, agrária e rural. É hora de renovar os laços de confiança com o governo e ir pra rua. “Confiamos nesse governo, mas esse governo precisa avançar”.

Wellington Pantaleão, da Secretaria Geral da Presidência da República, disse esperar que o encontro seja ousado e que sinalize aquilo que a política de habitação precisa.

Última a falar, a ex-governadora Ana Júlia Carepa observou que a presença de autoridades na mesa de abertura do evento é uma conquista dos movimentos sociais. Segundo ela, nunca na história desse país se fez tanto investimento em habitação e saneamento, mas é preciso avançar.

Após a Mesa de Abertura, o deputado Claudio Puty fez a Conferência Magna: “Os desafios da Organização Popular Brasileira nos anos de grandes eventos internacionais e de eleições federais”, encerrando o primeiro dia do Encontro

Balanco do Minha Casa Minha Vida

Delegados querem avanços no programa Minha Casa, Minha Vida

O programa “Minha Casa, Minha Vida” passou por uma análise crítica dos participantes do 13º Encontro Nacional de Moradia Popular, que está sendo realizado no Hotel Gold Mar, no Telégrafo. Embora reconheçam que o programa representou um avanço na política habitacional, os delegados apontaram problemas que precisam ser superados e prometem ir às ruas exigir mudanças.

As principais críticas são quanto o excesso de burocracia, a segregação que transfere as famílias pobres para áreas distantes do centro e a falta de fiscalização quanto ao uso dos recursos do programa pelas prefeituras e governos estaduais. Vidal Barbosa, de Goiás, propôs uma nova articulação e que a cobrança tem que chegar em todas as esferas de governo. “Se cobra muito do governo federal, mas não peitamos os prefeitos e governadores que pegam verba do programa. Temos que ter força também no poder local”, disse. O goiano também reivindicou que o Ministério das Cidades exerça uma maior fiscalização junto as autoridades locais, pois as casas estão virando moeda de troca.

Outra reivindicação é que os locais das construções das casas e conjuntos habitacionais também tenham investimentos em educação, cultura, saneamento básico e áreas de lazer. “Queremos que o Minha Casa Minha Vida deixe de ser um projeto de construção de casas, para torna-se um projeto para a construção de cidades dotadas de toda a infraestrutura e sem guetos”, bradou Neide Carvalho, do Piauí.

Integrante da mesa que debateu o assunto, o professor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do ABC, Francisco Comarú, relatou que os governos se sentem pressionados a mostrar números, mas que é importante unir quantidade com qualidade. Ele apresentou exemplos positivos utilizados no Uruguai e em algumas cidades europeias, como a recuperação de prédios abandonados para servir de moradia e a experiência do investimento em propriedades coletivas e no aluguel social.

No debate, a cearense Terezinha Ricardo, assentada da reforma agrária, lembrou que o povo da área rural não pode ser excluído do programa. “Quando chega no campo o

programa para”. Disposto a avançar no conceito de moradia de interesse popular, houve quem mostrasse a necessidade de romper com a visão de que a casa popular tem que ter apenas dois quartos.

Minha Casa, Minha Vida - Entidades

A maioria das intervenções foram sobre o Minha Casa, Minha Vida - Entidades, programa de concessão de financiamentos a cooperativas, associações e entidades da sociedade civil sem fins lucrativos. Após muitas lutas e protestos, a União Nacional de Moradia Popular conseguiu incluir a compra antecipada dos terrenos para as construções, pois há uma grande dificuldade para conseguir locais, principalmente nas grandes cidades. Mas, os delegados afirmam que os recursos são insuficientes e há muita burocracia. Eles ainda criticaram a exigência de renda familiar de até R\$1.600,00 e pedem a mudança para três salários mínimos. Todas as propostas foram levadas pessoalmente ao representante do Ministério das Cidades, Marcos Aurélio, presente no debate. Ele fez um balanço do programa e reconheceu que é preciso aprimorar.

Movimentos reforçam a autogestão na moradia popular

O tema no início da tarde de sexta-feira (23), foi a “A autogestão, a propriedade coletiva e a gestão democrática dos processos - construindo o Poder Popular.

Evaniza Rodrigues mostrou que a autogestão é o controle da gestão, dos recursos públicos e da obra pelos movimentos populares, que ficam responsáveis por todas as etapas, desde a definição do terreno até a organização de comunidades atuantes, que lutam por seus direitos e pela melhoria da qualidade de vida para todos. Segundo Evaniza, a autogestão é o contraponto a empreitada global, que penaliza os movimentos sociais, que correm atrás de terras, correm atrás das prefeituras e autoridades, sofrem pressões da comunidade e depois entregam tudo nas mãos de uma construtora”. Mais que uma proposta para construir moradias, a autogestão foi defendida como uma forma de fortalecer as comunidades e construir poder popular.

O debate também foi rico na troca de informações e experiências. Ricardo Gaboni, coordenador da Ambiente Arquitetura apresentou os ganhos reais com a autogestão, demonstrando como cada etapa da obra é controlada pelos moradores e que os ganhos ficam na comunidade.

O consultor da CAIXA, Ricardo Gouveia explicou como funcionam os trâmites no banco e enfatizou a necessidade de retomarmos os processos de educação popular para que, cada vez mais as comunidades possam atuar no programa MCMV Entidades.

Oficinas

As Oficinas temáticas realizadas na tarde desta sexta-feira (23), com os participantes do 13º Encontro da União Nacional Por Moradia Popular abordaram as seguintes temáticas: Juventude e Moradia, Gênero e Moradia, Negritude e Moradia, Idosos e Moradia, Programas Habitacionais e Autogestionários, Propriedade Coletiva,

Regularização Fundiária, Luta contra os Despejos, Assessoria Técnica, Pequenas Cidades e Moradia Rural, Moradia e Meio Ambiente e Trabalho e Autogestão

Programação cultural encerra os trabalhos de sexta-feira

Os participantes deram um tempo nos debates para aproveitar as atrações culturais dos estados. A noite começou com a apresentação do grupo Moara que mostrou como se dança o carimbó, lundu, siriá, xote bragantino e outros ritmos paraenses.

Em seguida, cada um dos Estados trouxe a sua cultura, suas expressões e alegria. De norte a sul do país, o que se viu foi a riqueza e a diversidade da cultura brasileira.

21 anos da União Nacional por Moradia Popular

A manhã de sábado foi um dia rico, de troca de experiências entre as 20 delegações que puderam expor suas histórias de conquistas, resistências, enfrentamento de problemas e desafios.

Nos slides foram exibidas imagens do povo nas ruas pressionando os governos municipais, estaduais e federal para que destinem para a moradia os prédios públicos desocupados, uma realidade mais comum nos estados da região sudeste. Nas falas ficou evidente que a maior alegria dos participantes foi ter conseguido reduzir o déficit habitacional na maioria dos estados e realizado o sonho de moradia digna para milhares de pessoas.

Há muitos obstáculos a serem superados. Os depoimentos dos representantes do Norte e Nordeste mostraram a angústia e as dificuldades em enfrentar as oligarquias e a concentração da terra. Nada que esmoreça quem está na luta.

Por isso durante a grande plenária houve muitas palavras de ordem e músicas que davam a dimensão da disposição de todos e todas a continuar na luta.

Os debates encerraram com todos os presentes, de mãos dadas, cantando em homenagem a Alcir Matos, uma das maiores lideranças nacionais na luta por moradia, que morreu em Belém no último dia oito de maio.

Plenária de deliberações

A tarde de sábado ocorreu a movimentada plenária para a apreciação das propostas deliberadas nas 12 oficinas temáticas que versaram sobre Juventude e Moradia, Gênero e Moradia, Negritude e Moradia, Idosos e Moradia, Programas habitacionais Autogestionários, Propriedade Coletiva, Regularização Fundiária, Luta Contra os Despejos, Assessoria Técnica, Pequenas Cidades e Moradia Rural, Moradia e Meio Ambiente e Trabalho Social e Autogestão. As deliberações aprovadas farão parte da agenda de lutas da UNMP.

As propostas aprovadas orientarão a atuação da UNMP pelos próximos 3 anos, com reivindicações a serem levadas aos governos federal, estaduais e municipais, mudanças de legislação e também propostas de ação para a UNMP.

Na manhã do domingo, a plenária continuou com a aprovação da agenda de lutas para 2014 e 2015 e também aspectos da organização interna da UNMP. A União dos Movimentos de Moradia de Tocantins foi aprovada como nova filiada da UNMP e a UNMP do Amapá como estado convidado. Também foi aprovada a cidade de São Paulo como sede do 14º. Encontro Nacional em 2017.

Os membros da nova coordenação nacional foram apresentados na plenária. A coordenação é formada por 2 membros de cada estado. A coordenação agradeceu à UNMP Pará e aos patrocinadores do evento.

Ao final, um vídeo homenageou o companheiro Matos, encerrando o 13º. Encontro.

Após o encerramento da plenária, os participantes fizeram um passeio de barco para apreciar a bela orla de Belém.

Repercussão de mídia

Jornal Liberal 2ª. Edição – 22 de maio - <http://g1.globo.com/pa/para/jornal-liberal-2edicao/videos/t/edicoes/v/caminhada-marca-inicio-de-encontro-nacional-de-luta-pela-moradia/3364455/>

Bom dia Belém - 23 de maio - <http://g1.globo.com/pa/para/bom-dia-para/videos/t/edicoes/v/cerca-de-200-pessoas-participam-de-caminhada-do-13o-encontro-nacional-de-luta-pela-moradia/3365001/>

Jornal Diário do Pará - <http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-286645-encontro-discute-moradia-popular.html>

Jornal O Liberal – 22 de maio - <http://www.ormnews.com.br/noticia/belem-tera-encontro-de-moradia-popular#.U4NKsPldXuo>

Jornal O Liberal – 23 de maio – em anexo

Agencia Caixa de Notícias –

<http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=831>

<http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Audios/Galeria.aspx?audiID=371>

Criação de página no Facebook

<https://www.facebook.com/uniaonacionalpormoradiapopular>

Coordenação Executiva

José de Abraão

Marli Carrara

Creuzamar de Pinho

Simone Inocêncio de Oliveira

Jurema Constâncio

Whelton Pimentel

Lidia Brunet

Paulo Afonso

Coordenação Geral Ampliada

Amazonas	Cristiane	Nailson	
Alagoas	Nestor	José Claudio	
Bahia	Marli	Zelito	
Ceará	Hercules	Nonato	
Distrito Federal	Antonio	Carlos Roberto	
Espírito Santo	João	Edilza	
Goiás	Simone	Marcio	
Maranhão	Creuzamar	Zequinha	
Minas Gerais	Leleco	Saulo	
Pará	Joel	Paulo Afonso	
Paraíba	Joselia	Alberto	
Pernambuco	Lidia	Marcos	
Piauí	Neide	Rosemeire	
Paraná	Graça	Paulo Alexandre	
Rio de Janeiro	Jurema	Claudio	
Rondônia	Patrícia	Rosália	
Sergipe	Jussara	Alex	
São Paulo	Graça	Sidney	Abraão
TO	Adelmário	Edina	

RELATORIO DAS PROPOSTAS APROVADAS NO 13º. ENCONTRO NACIONAL DE MORADIA POPULAR

Belém, 22 a 25 de maio de 2014

<u>TEMAS</u>	<u>Propostas da UNMP para melhorar as políticas públicas neste tema</u>	<u>Ações que a UNMP deve fazer para a conquistar estas Propostas</u>
1- <u>JUVENTUDE</u>	<p>Criação de um normativo onde os Jovens acima de 16 anos independente de ter filhos ou ser casados, possam ter direito à moradia pelo programa MC.MV-Entidades;</p> <p>Rever a porcentagem de 5% do programa MCMV-Entidades para 20% para os Jovens;</p> <p>As moradias para Juventude devem ser em áreas com equipamentos públicos;</p> <p>Os projetos sociais devem vim incluídos nos projetos habitacionais;</p>	<p>Cursos de Formação e Capacitações:</p> <ul style="list-style-type: none"> Com foco na Habitação; Com foco nas Políticas Públicas; Com foco na Mídia; Com foco no planejamento familiar <p>Observação: A Coordenação Nacional da UNMP deve subsidiar esses momentos com cartilhas informativas.</p> <p>A coordenação da Secretaria da Juventude será composta por 3 membros. Um deles deverá ser indicado pela coordenação nacional e os demais serão eleitos no Encontro da Juventude Criar Coordenações estaduais da Juventude, respeitando as regionalidades (02 por estado).</p>
2- <u>GÊNERO E MORADIA</u>	<p>Ampliar o acesso das MULHERES à moradia digna construída em local com infraestrutura e acesso a bens, serviços públicos e equipamentos sociais.</p> <p>Desenvolvendo projetos ambientais como: arborização e coleta seletiva, tarifa social pra água e energia elétrica individual.</p> <p>Garantir o critério de teto de zero a três salários mínimos e não o valor de até 1.600 reais, para acesso à faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida, e ainda garantir o cumprimento da</p>	<p>Mobilização e organização das mulheres da UNMP para a participação nos Comitês da Plataforma da Reforma Política e Plebiscito para a Constituinte exclusiva e soberana.</p> <p>Garantir que até o 2º Seminário Nacional de Mulheres, todos os Estados criem as secretarias ou setoriais da mulher.</p> <p>O 2º. Seminário de Mulheres Nacional acontecerá no mês de abril de 2015 em Sergipe.</p> <p>A composição a coordenação da Secretaria de Mulheres</p>

	<p>destinação das moradias, no mínimo, de 5% para idosos, 5% para pessoas com deficiência e 5% para o acesso das minorias em estado de vulnerabilidade;</p> <p>Garantir no mínimo 5% das unidades habitacionais construídas pelo poder público sejam destinadas às MULHERES vítimas de violência com risco de morte, nos projetos minha casa minha vida;</p> <p>Defender o mutirão como ferramenta essencial para implantação da autogestão no pós-moradia, em respeito a equidade e combate à violência como direito fundamental à cidade.</p> <p>Os diversos tipos de núcleos familiares como célula de formação, buscando alternativas. No combate ao capitalismo na pós-ocupação e no respeito a mulher. Inclusão das mulheres GLBTT</p> <p>Lutar para que as áreas onde serão inevitáveis as remoções, os governos garantam às mulheres a moradia em local próximo ao seu local de origem e o uso de equipamentos comunitários com equipe multidisciplinar e serviços.</p>	<p>Nacional será de 5 mulheres: 1 representante da coordenação nacional + 4 indicações SP, SE, GO e PE</p> <p>Participar no 8 de março e na Marcha Mundial das Mulheres</p>
3- <u>NEGRITUDE E MORADIA</u>	<p>Efetivação real da lei do ensino de história da África e cultura afro-brasileira e da história e cultura indígena brasileira como a legislação pertinente determina;</p> <p>Criar um departamento específico para atender índios e negros no ministério das cidades;</p> <p>Fazer valer e Lutar pela titularização das terras das comunidades quilombolas de todos o Brasil;</p> <p>5. Fazer valer e Lutar por melhores investimentos nas áreas quilombolas com moradia digna com saneamento e educação;</p>	<p>Realizar um Curso de formação sobre a temática racial para o movimento de moradia;</p> <p>Organizar a população quilombola para acessar o MCMV</p> <p>Realização de um seminário nacional em Sergipe de negritude</p> <p>Apoio com participação na marcha das mulheres negras à Brasília no ano de 2015.</p>
4- <u>IDOSO E MORADIA</u>	<p>Seja criado o programa nacional de locação social para os idosos;</p> <p>Que seja garantido recursos a fundo perdido para construção de</p>	<p>Que a União Crie a secretaria do Idoso;</p> <p>Que a União faça uma ação no dia Internacional do idoso como</p>

	<p>projetos destinados ao idoso e equipamentos sociais; Que os 3% destinados aos idosos dentro do Programa MCMV-E seja ampliado para 6% no Programa MCMV-E 3.</p>	<p>data fixa no calendário; Que a União faça convenio com o Governo Federal para qualificação e formação do idoso; Que a União promova curso de formação direcionada ao idoso em seus estados de atuação.</p>
<p>5- <u>PROGRAMAS HABITACIONAIS E AUTOGESTIONÁRIOS</u></p>	<p>Criar comissão na UNMP com os órgãos responsáveis, não somente a Caixa, mas tentar abranger para outros bancos onde se debata e qualifique todas as entidades, e acompanhar os projetos evitando assim a possibilidade de empreitada global. E ter indicação das entidades de cada estado nos chamados pontos de controle na Caixa (GIHABs).</p> <p>Criar uma rede de debates e interesse social em Autogestão.</p> <p>Lutar para que o Ministerio das Cidades acabe com a Modalidade Empreitada Global no MCMV Entidades, mantendo os 8% na modalidade autogestão.</p> <p>Extinção da empreitada global nos projetos da UNMP;</p> <p>Melhorar a qualidade das habitações, isentar de todos os custos existentes, aumentar o percentual de 1,6% para 5% do existe disponibilizado hoje pelo Governo Federal; aumentar a renda familiar de R\$ 1,600,00 para 3 salários mínimos.</p> <p>Resgatar e desburocratizar os programas já existentes, exemplo: FNHIS, Crédito solidário, Assistência técnica, PNHHR. Garantindo recursos para tais programas.</p> <p>A UNMP executará um plano de Intercâmbio nacionais, com entidades filiadas na própria UNMP para aprimoramento da Autogestão.</p>	
<p>6- <u>PROPRIEDADE COLETIVA</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criar proposta de marco jurídico para regulamentação da Propriedade Coletiva. - Gestão junto aos órgãos competentes como Ministério das Cidades, Caixa Econômica, Cartório para que haja um melhor entendimento desse 	<ul style="list-style-type: none"> - Pauta no Regimento Interno. - Seminário municipal, estadual e nacional com debates na Propriedade Coletiva e Locação Social. -Coleta de materiais existentes sobre esse

	<p>assunto.</p> <ul style="list-style-type: none"> - SPU quando repassar a terra para os movimentos já a passe como Propriedade Coletiva. -Que os programas habitacionais do governo tenham uma vertente dentro da Propriedade Coletiva. 	<p>assunto (livros, documentários e etc.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Produção de um material (cartilha) de fácil entendimento do assunto para a os movimentos e a população.
<p>7- <u>REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA</u></p>	<p>Que as comunidades, população ou associações possam apresentar um projeto de regularização fundiária.</p> <p>Que seja feita a legalização das áreas ocupadas pela população.</p> <p>Lutar para que antes do Juiz deferir uma ação de despejo, ele investigue para ter a certeza de que esse imóvel ou terreno cumpra a sua função social.</p> <p>Integrar a questão urbanística com a Social nos projetos.</p> <p>E que após a regularização de uma área que haja revitalização.</p>	
<p>8- <u>Luta contra os despejos</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> 1 – inclusão do código de processo civil para incluir o inciso v ao artigo 927: “Comprovação de que os requeridos não possuem finalidade social. ” 2 – que o poder judiciário, nas ações possessórias, onde haja interesse social, designe audiência de conciliação antes da apreciação do pedido liminar; 3 – identificar os imóveis (públicos e privados) que não estejam efetivamente cumprindo sua função social para serem destinados à habitação popular; 4 – garantia da posse tradicionalmente mantida pelos quilombolas, indígenas, ribeirinhos e povos da floresta nas áreas de preservação permanente; 5 – que o poder judiciário preste imediata assistência às famílias despejadas de áreas de ocupação, disponibilizando abrigo e priorizando o atendimento para a obtenção do auxílio aluguel. 	<ul style="list-style-type: none"> 1 – nos estados em que não há trabalho em conjunto com a defensoria pública, para a defesa da moradia popular, deve-se implementar a parceria a fim de garantir atendimento prioritário e emergencial às famílias ameaçadas com ordem de desocupação; 2 – capacitação do movimento popular para conhecimento dos direitos à moradia constitucionalmente consagrados e, especialmente, pela defesa contra os litígios possessórios. 3 – criação nos estados da comissão de minimização de danos. 4 - difusão dos instrumentos para prevenção de despejos que sejam formados grupos de advogados que

		<p>prestem assessoria a união e entidades filiadas para evitar os despejos forçados,</p> <p>5 – firmar parcerias com o ministério público no sentido de evitar despejos nas ações possessórias,</p> <p>6 – criar um gt de conflitos da união nos estados e municípios,</p> <p>7 – implantar redes públicas de iluminação e água potável nas áreas de ocupação.</p>
9- <u>ASSISTÊNCIA TÉCNICA</u>	<p>Que a UNMP realize seminários nacionais de Assessoria Técnica;</p> <p>Fomentar uma rede on line de formação e troca de experiências, Assessoria Técnica entre as Entidades filiadas à União;</p> <p>Resgatar os editais, desburocratizar, reestruturar e colocar recursos do orçamento geral da União no FHNIS;</p> <p>Buscar parceria e convênios com academias, para a formação de futuros assessores técnicos comprometidos com o movimento e com programas de autogestão;</p> <p>Fazer luta no MC para antecipação de recurso para custos de projeto nos mesmos critérios da compra antecipada;</p> <p>Recursos antecipados para custear os estudos para viabilidade técnica da compra antecipada a fundo perdido;</p> <p>Que o normativo do MCMV III, deixe claro a destinação de recursos para assessoria técnica, na autogestão.</p>	
10- <u>PEQUENAS CIDADES E MORADIA RURAL</u>	<p>Respeitar a tipologia de habitação de cada região do Brasil, garantindo os recursos necessários para a produção habitacional nas pequenas cidades, particularmente nas cidades da Amazônia.</p> <p>Regularização fundiária rural: que o governo priorize a regularização fundiária em cidades abaixo de 20 mil habitantes.</p>	<p>Ter uma companheira (o) nossa (o) nas regionais da GIHAB em cada estado, assim como em Brasília e ter uma equipe técnica da CEF e do BB para atender as pequenas cidades.</p> <p>Capacitação das questões da autorização da autogestão para lideranças e técnicos que trabalham nas cidades pequenas e com a moradia rural.</p>

	<p>Programa de Saneamento Básico obrigatório para pequenas cidades, distritos e comunidades rurais como compromisso com o meio ambiente e com a saúde;</p>	<p>Criação da secretaria de moradia rural na UNMP para desenvolver políticas para o tema</p> <p>Lutar por Aporte financeiro dos Governos Estaduais e dos municípios no PNHR.</p> <p>Lutar para que o Programa Luz para Todos atenda imediatamente todas as propriedades rurais dando prioridade aquelas cadastradas no PNHR.</p>
<p>11- <u>MORADIA E MEIO AMBIENTE</u></p>	<p>Promoção de educação ambiental permanente, antes durante e após a construção de moradias populares com planejamento ambiental.</p> <p>Maior flexibilidade para os programas habitacionais na aceitação de novas tecnologias de uso e reuso de recursos naturais e outros, elaboradas pelas universidades e institutos tecnológicos por parte de órgão financiadores;</p> <p>Recuperação de áreas degradadas para construção de moradia popular urbana, ribeirinha e rural;</p> <p>Parcerias com órgãos, entidade e conselhos ambientais nas construções realizadas através de programas governamentais de moradias de interesse social, nas áreas de preservação;</p> <p>Em todos os projetos habitacionais de interesses sociais da UNMP seja planejada e implantada a coleta seletiva como meio de educação ambiental e geração de renda para o próprio empreendimento;</p>	<p>Criação da Secretaria de Meio Ambiente na UNMP e de grupos de trabalho para discussão e encaminhamentos de mudanças na legislação ambiental e efetiva fiscalização;</p> <p>Em todos os projetos habitacionais da UNMP de interesse social tenham prioridade a qualidade de vida com projetos de arborização, permeabilização do solo e a implantação da logística reversa;</p> <p>Tratamentos dos resíduos das moradias populares para preservação das vias pluviais e das águas.</p> <p>Lutar para que não haja a construção de moradias em áreas de preservação ambiental.</p>
<p>12- <u>Trabalho social em habitação</u></p>	<p>1. Contratação da equipe social pelo poder público no ato da assinatura do contrato de início de obra com permanência de, no mínimo, 12 meses nos empreendimentos do far, inclusive com equipes dos movimentos sociais</p> <p>Ampliar o prazo do trabalho social para no mínimo 12 meses no pnhr</p> <p>Rever o recurso para trabalho social nos casos de</p>	<p>1. Seminário nacional da unmp sobre o trabalho social no pmcmv – entidades;</p> <p>2. Criação de uma rede virtual de militantes responsáveis pelos projetos sociais para compartilhamento de experiências;</p> <p>3. Convênio ou parceria com universidades e grupos de estudo e pesquisa;</p>

	<p>compra antecipada</p> <ol style="list-style-type: none">2. Ampliar o pagamento da fase pré-obras de 3 para até 6 meses antes do início da obra nas operações do fds;3. Só aprovar novos projetos do far (poder público) quando o agente executor tiver concluído a execução do trabalho social do empreendimento anterior.4. Garantir nos empreendimentos do far a obrigação de construção de espaços de comercialização para uso das famílias contratadas para a manutenção do condomínio;5. Ampliar no pmcmv- entidades o escopo das profissões que podem integrar a equipe social dos empreendimentos, levando em consideração a experiência de mobilização social; <p>Inclusão do acompanhamento e controle social da produção da habitação, como eixo do trabalho social, em todos os programas.</p>	
--	---	--

Anexos

Jornal do 13º. Encontro

3 Boletins diários – 23, 24 e 25 de maio

Crachá

Cartaz

Certificado

Matérias de jornal

CD com Fotos